

O sol, a serpente e o leão: saúde e política nas dissertações acadêmicas de Luís Siqueira da Gama (1724-1725)

The sun, the serpent and the lion: health and politics in the academic dissertations of Luís Siqueira da Gama (1724-1725)

Marcelo Kochenborger Scarparo¹

Resumo

No âmbito da Academia Brasílica dos Esquecidos, sediada na cidade de Salvador entre 1724 e 1725, foi elaborada uma série de dissertações históricas, as quais deveriam subsidiar, com relatos sobre o Brasil, a escrita de uma história do Império Português e de seus domínios. Essas dissertações foram divididas - segundo o modelo clássico - em história política, eclesiástica, natural e militar. O bacharel em direito Luís Siqueira da Gama foi designado para a elaboração das dissertações acerca da história política do Brasil. No presente estudo, analisamos sua décima dissertação, "de um maravilhoso caso, e apótema célebre, devidamente ponderado nas histórias do Brasil", problematizando as representações da monarquia em função de tópicos retóricas relativas ao corpo humano e à noção de saúde. O letrado desenvolveu sua argumentação a partir de cinco tópicos retóricas, valendo-se de textos e emblemas modernos, cotejados com escritos de pensadores antigos. Seu discurso, ao mesmo tempo em que louva a imagem do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, aponta concepções filosóficas e políticas relevantes para a sua época, no que se estabelece uma relação entre as ideias de saúde individual e de saúde coletiva.

Palavras-Chave: Academia dos Esquecidos; Política; Saúde.

Abstract

In Academia Brasílica dos Esquecidos, located in the city of Salvador, Brazil, from 1724 until 1725, it was written a series of historical dissertations, which should subside, with information about Brazil, the production of a history of the Portuguese Empire and its domains. Those dissertations were divided - based on the classical model - in political, ecclesiastic, natural and military history. Luís Siqueira da Gama, graduated in law, was designated to write and speak about the political history of Brazil. In this article, we analyze his tenth dissertation, "about an marvelous case, and famous apothem, properly considered in the histories of Brazil", questioning the representations of the monarchy in function of the rhetorical topics related to the human body and the idea of health. The literate developed his argumentation discussing five rhetorical topics, referring to modern texts and emblems, related with ideas of the Antiquity. As well as praising the image of the Viceroy Vasco Fernandes César de Menezes, Siqueira da Gama develops philosophical and political conceptions that concerns his time and place, establishing a relation between the individual health and the collective health ideas.

Keywords: Academia dos Esquecidos; Politics; Health.

¹ Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo, Brasil(2015) Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mar.scarparo@gmail.com

— Quiero decir — dijo don Quijote — que cuando la cabeza duele, todos los miembros duelen, y, así, siendo yo tu amo y señor, soy tu cabeza y tú mi parte, pues eres mi criado, y por esta razón el mal que a mí me toca o tocar, a ti te ha de doler y a mí el tuyo.

Miguel de Cervantes

Introdução: Historiografia, Antigo Regime e Representações

No ano de 1720, se deu, em Lisboa, a fundação e a abertura das atividades da Academia Real de História Portuguesa, patrocinada pelo monarca D. João V. Tal academia esteve ligada à formação de um campo historiográfico aproximado de políticas de mecenato e mercês, tendo entre os seus principais enfoques as representações da monarquia e dos territórios de Portugal (MOTA, 2003, p. 241-261).

A Academia Real de História Portuguesa se constitui como um espaço de atuação sobre a memória coletiva, tendo em vista a afirmação do poder real (MOTA, 2003; SILVA, 2009) O uso de elementos de narrativas já difundidas no imaginário português do período, em especial do milagre de Ourique, se faz no sentido de utilizar-se do providencialismo e do discurso religioso a favor de políticas que garantissem a soberania do rei. A Academia se fazia, então, como um dos principais elementos de centralização do poder:

O monarca, ao fomentar e proteger a Academia, criou um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do reino na construção da soberania do monarca. O plano historiográfico formulado pelos clérigos e nobres que tomaram parte da associação operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica e, de outro, ao clero que atuara nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus (SILVA, 2009, p. 209-210).

O trabalho sobre a memória se insere, portanto, numa perspectiva socialmente constituída², e o trabalho daqueles incumbidos de escrever a história é, mais do que uma iniciativa intelectual, um instrumento político para a transformação ou para a sustentação de instituições e tradições. Conforme observou Michael Pollack (1992, p. 201), "é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da

² Maurice Halbwachs já havia considerado a memória como aspecto coletivo e inserido na vida em sociedade, sujeito a constantes reformulações e transformações. A história atuaria como um dos fatores de construção da memória coletiva: "os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, que eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo" (2004, p. 71).

socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada". A prática historiográfica, portanto, está - e esteve também no século XVIII luso-americano - inserida nas questões políticas da identidade e do pertencimento.

Tendo em vista a importância da construção de uma memória histórica para o Império Português e com a finalidade de reunir informações acerca da América para a composição dessa história de Portugal³, foi incentivada a criação de outra academia em Salvador, o que ocorreu no ano de 1724. A Academia Brasílica dos Esquecidos elaborou, com esse intuito, dissertações históricas separadas por temáticas: política, eclesiástica, natural e militar. Cada um desses temas foi confiado a um acadêmico, que recebia a denominação de "lente" e apresentava seus trabalhos nas sessões da Academia.

Preparando-se para dissertar para a Academia Brasílica dos Esquecidos pela décima vez⁴ acerca da história política da América Portuguesa, Luís Siqueira da Gama compôs um discurso referindo-se à emergência de uma temática de grande importância: o fim de uma enfermidade pela qual passara Vasco Fernandes César de Menezes (1673-1741), Vice-Rei do Brasil e protetor da Academia. A dissertação de Siqueira da Gama, ao mesmo tempo em que assume um tom laudatório ao governante, aponta uma série de medidas pelas quais deveria se guiar a monarquia para seu sustento.

Presentemente vemos restituído à sua perfeita saúde o Excelentíssimo Senhor Viso-Rei depois que o vimos enfermo, e tantas vezes sangrando por causa de um difluxo, que os dias pretéritos o deteve na cama com bem merecido susto de toda esta sua amantíssima cidade (GAMA, 1969, p. 125).

A partir desse fato, Luís Siqueira da Gama aborda a temática da saúde, relacionando-a com aspectos individuais e também com aspectos coletivos. De tal

³ Os interesses da Academia Real de História Portuguesa no conhecimento acerca da América se sobressaem em relação aos outros domínios lusitanos. De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão (1974, p. 252), isso se deve ao crescimento da importância econômica do Novo Mundo para o império. Iris Kantor (2004, p. 45-57), por sua vez, retoma aspectos geopolíticos, enfatizando as mudanças ocorridas na área da diplomacia setecentista, principalmente após os tratados de Utrecht, com o enfraquecimento das bulas papais como argumentos válidos para as disputas territoriais. Isso remete à necessidade de reunir informações e argumentos que favorecessem Portugal nas negociações pela posse e demarcação de colônias americanas.

⁴ Nos encontros da Academia Brasílica dos Esquecidos, dois dos quatro lentes apresentavam dissertações históricas alternadamente. A "dissertação décima" da História Política fora composta para o décimo nono desses encontros, o qual não chegou a ocorrer, tendo em vista o encerramento das atividades da instituição após a décima oitava reunião. Presume-se, portanto, que o texto composto jamais tenha sido recitado aos outros membros da instituição.

modo, a dissertação se apresenta rica em conteúdos que nos aproximam das representações de saúde compartilhadas na América Portuguesa em inícios do século XVIII.

Saúde e Bem Comum

Uma série de definições acerca do que seja a saúde faz parte da exposição de Luís Siqueira da Gama. Ele trata, em um primeiro momento, de expor significados da palavra em questão segundo o aporte do bem-estar individual. Desta feita, a saúde é definida como "um grande bem da felicidade humana, e melhor se conhece depois que se perde; a boa disposição na posse de perfeita, poucos a estimam; depois de perdida, nos acidentes do mal, todos a desejam bem" (GAMA, 1969, p. 126).

Continuando em torno de argumentos individuais, o autor passa a expressar a relação entre saúde e felicidade e também entre saúde e capacidade de ação. Atente-se para a importância do argumento que segue, tendo em vista tratar-se de uma demonstração de que a saúde é um requisito para o bom desenvolvimento de qualquer cargo ou atividade a que se proponha uma pessoa.

Sem saúde dizia Licínio que ninguém podia ser bem-aventurado; que importa ao rico, que vale ao mancebo, ter forças, e ter riquezas; se não tiver saúde com que as logre, com que exercite? que importa ao sábio, que vale ao Rei; o seu entendimento, o seu Império, se não tiver saúde com que o exercite, com que o aumente? É a doença o mais agro do gosto; porque tudo dissaboreia uma enfermidade pelo contrário é tão doce, e suave a saúde que sendo tão inconstante o coração humano que em nada tem permanência pois de tudo se desagrada brevemente; da saúde porém nunca se enfastia, porque sempre a deseja ter maior e mais perfeita (GAMA, 1969, p. 127).

Estabelecida a caracterização da saúde como elemento fundamental para o sucesso e o bom aproveitamento de qualquer empresa humana, Siqueira da Gama passa a valorizar elementos que superam a esfera individual, ampliando a significação do termo em questão. Seriam três as espécies de saúde existentes: "saúde natural; saúde política, saúde teológica", sendo a primeira caracterizada pela "boa disposição do composto humano", a segunda como "a harmoniosa tranquilidade do bem comum, a que chamamos de saúde pública, isto é o sossego, e a harmonia dos povos", e a terceira seria

"nesta vida [...] a graça de Deus, e na outra vida é a bem-aventurança na soberana fruição da Glória sempre eterna" (1969, p. 127).

O acadêmico afirma, por fim, que seu plano é tratar "da primeira, e segunda espécie, não distinta e ordenadamente, mas como se oferecer ao discurso para a prova do nosso argumento" (1969, p. 127). A saúde teológica é deixada à parte, sendo relacionada menos diretamente ao assunto em questão. Por outro lado, a integração entre saúde natural e saúde política é anunciada e, como veremos, será uma chave argumentativa de grande uso nessa Dissertação Histórica.

A partir disso, o acadêmico elabora sua dissertação com base em cinco tópicos principais, as quais são encadeadas, a fim de corroborar para a argumentação do epílogo, conforme veremos a seguir.

Primeira Tópica: O exemplo de Simão de Vasconcelos e Vicente Roiz

A primeira tópica utilizada como prova retórica da argumentação parte de um exemplo tomado da Crônica da Companhia de Jesus [1663], do Padre Simão de Vasconcelos.

Diz o elegantíssimo Padre que achando-se doente neste Colégio da Bahia o Padre Vicente Roiz lhe dissera o religioso Varão ilustre o Muito Reverendo Padre Manoel da Nóbrega, Padre Vicente a doutrina das almas tem a necessidade de vós; pelo que em virtude da santa obediência lançai fora essa doença e ide acudir ao próximo. Maravilha prodigiosa, pois refere o nosso historiador que no mesmo tempo se restituíra o Padre Vicente Roiz a sua saúde e com forças perfeitas fora logo ajudar aos mais companheiros, e com grande fruto das almas se empregara ardentíssimo zelador do bem do próximo no serviço de Deus (GAMA, 1969, p. 126).

O uso de um fato passado como exemplo é uma forma de fortalecer o argumento, uma vez que se crê que algo que ocorreu anteriormente pode vir a se repetir (ARISTÓTELES, 2005, p. 206). Tratando-se o auditório desse discurso de uma academia voltada para o conhecimento histórico, esse tipo de argumento parece ainda mais válido para ser o que introduz a exposição.⁵ A notícia é relatada, portanto, a fim de apoiar a emergência do apótema central do discurso, de que

⁵ Nos textos da Academia Brasílica dos Esquecidos, encontram-se algumas referências à tópica *historia magistra vitae*, ao mesmo tempo em que se assumem os textos bíblicos como verdades invioláveis, associando-se os fatos frequentemente à temporalidade cristã. Isso remete à consideração de François Hartog acerca da existência de um "regime cristão de temporalidade". "Perdure, au total, une certaine platicité de l'ordre chrétien du temps, où présent, passé, futur s'articulent sur fond d'éternité. Si bien qu'il

Necessitando bem comum da saúde de algum particular deve este com todo o cuidado fazer toda a boa diligência por se livrar de enfermidades, para com inteira saúde acudir, amparar, e proteger a pública do bem comum; e desta máxima inferimos também politicamente, que se qualquer pessoa particular deve fazer todo o possível por não perder a saúde de que necessita o bem comum com muita mais razão devem cuidar os Príncipes na sua disposição perfeita por não arriscarem a da República que tanto depende da vigorosa saúde dos Monarcas, que o governam: como adverte o Padre Marques no seu Governador Cristiano (GAMA, 1969, p. 126).

Como veremos, tal sentença será defendida ao longo da dissertação a partir de uma série de provas retóricas. Além do exemplo acima, foram especialmente valorizados filósofos clássicos e emblemas modernos,⁶ sendo discutida constantemente a ação dos governantes a partir de comparações com a natureza.

Segunda Tópica: A Serpente

A tópica seguinte refere-se à figura da serpente como símbolo da saúde na Antiguidade, tendo em vista a característica desse animal de perder o antigo couro e revestir-se de um novo. Considerava-se que "bem como a cobra os enfermos recuperam a saúde despindo-se toda a moléstia da doença; e mostram que se revestem com a galhardia de novas forças, de nova formosura" (GAMA, 1969, p. 128).

Nesse ponto, Luís Siqueira da Gama faz uma relação entre duas tópicas discursivas, aproximando duas significações da serpente e, com isso, argumentando em favor da relação entre saúde e bom governo, sempre de acordo com o apótema anteriormente enunciado.

Porque se repararmos, Senhores, nas humanas, e divinas Letras, observaremos que a serpente sendo empresa da saúde também é hieroglífico do Príncipe, e símbolo da prudência. Picineli a pintou retratando a serpente, na figura de um círculo em que prendia a cauda com a boca; para assim nos dar a conhecer, que o Príncipe prudente deve considerar os sucessos passados, para que melhor advertido os ate de sorte, que acautelando-se para os futuros, não se conheça novidade alguma entre o fim, e o exórdio das suas ações este símbolo deduziu Picineli do pensamento de Claudiano (GAMA, 1969, p. 128).

ne se confond ni ne se réduit à un seul régime d'historicité: pas même avec celui, qui a pesé le plus lourd, de *l'histoire magistra vitae*" (2003, p. 75).

⁶ Na composição de sua dissertação, Luís Siqueira da Gama se remete, entre outros, aos pensadores antigos Sêneca (4-65), Lucano (39-65), Tácito (55-120), Galeno (129-217) e Claudiano (370-404), associando-os com ideias e emblemas de Juan de Solorzano y Pereira (1575-1655), Diego de Saavedra Fajardo (1584-1648) e Filippo Picinelli (1604-1679).

Em expressar-se pelas "humanas, e divinas letras", o acadêmico revela um ponto bastante interessante para o entendimento das formas de conhecimento associadas a essa escrita. Conhecer os signos e as propriedades de determinados elementos da natureza era uma forma de acessar segredos da criação. De acordo com Machado (2001, p. 152), "na época clássica, de todo modo, antes do final do século XVIII, toda obra de linguagem existia em função de uma determinada linguagem muda e primitiva, que a obra seria encarregada de restituir".

Trata-se de uma forma de conhecimento analógico, pela qual se toma um objeto para fazer referência a outro. As características desses objetos referidos acabam por ser compartilhadas e, a partir disso, deduz-se uma consonância entre os comportamentos de um e outro. As diversas similitudes entre os objetos levariam a percepções de dobras e encadeamentos na natureza, tornando semelhantes as coisas (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Ainda uma terceira propriedade do animal em questão é adicionada a seguir, de modo que se adensa a ligação entre a garantia de saúde pessoal (ou natural) do príncipe e o bem-estar coletivo (ou saúde política).

O grande Doutor São Jerônimo escrevendo sobre este lugar, advertiu uma especial propriedade da serpente; e vem a ser; que enroscando o corpo, em multiplicadas voltas, dentro destas esconde, e defende a cabeça astuciosamente, porque conhece que ali conserva mais superiores os espíritos vitais: serpentis astutia ponitur in exemplum quia toto corpore occultat caput, ut illud in quod uita est protegat. E daqui discorrendo o mesmo Picineli assevera que o Príncipe deve ser como a serpente: assim; para guardar, acudir e proteger incólumes aos seus subalternos: para maior expressão da profundidade da máxima escreveu o douto político, a serpente esta letra: Tutus in capite laesus. (GAMA, 1969, p. 129).

As analogias referentes à saúde pessoal se aplicam também à saúde do corpo político. Tratando-se de uma discussão acerca da saúde, é fundamental a aplicação das metáforas relativas ao corpo. O que ocorre, na sequência da argumentação, é justamente a discussão do "corpo político", seguido pelas analogias entre o "microcosmo" e o "macrocosmo", ou seja, das similaridades entre o corpo humano e o universo.

Terceira Tópica: O Corpo do Império

A representação do corpo era ponto fundamental para a possibilidade de existência e preservação das monarquias europeias. Em seu importante estudo, Ernst Kantorowicz (2000) demonstrou que a teoria do duplo corpo do monarca derivava da

necessidade de diferenciar as características naturais das atribuições políticas do monarca. Além disso, deviam estar separadas as duas naturezas do Rei. A primeira delas, mortal, era a natureza humana. A natureza divina, por sua vez, era permanente e se mantinha em toda a linhagem de monarcas. A figura do Rei seria, portanto, formada pela união desses dois corpos.

A terceira tópica utilizada na Dissertação Décima vai ao encontro dessas representações da monarquia e do Estado em relação com o corpo humano, e está firmemente ancorada na tópica anterior, especialmente na ideia de que a serpente protege sempre sua cabeça. A referência ao Estado a partir de metáforas relacionadas ao corpo humano é caso recorrente no pensamento político das monarquias ibéricas, as quais buscaram sustentação na obra de Tomás de Aquino, o qual afirma que

no mundo dos corpos, o primeiro corpo, isto é, o celeste, dirige os demais, por certa ordem da divina providência, e a todos os corpos os rege a criatura racional. Igualmente, no homem a alma rege o corpo, e, entre as partes da alma, o irascível e o concupiscível são dirigidos pela razão. Também, entre os membros do corpo, um é o principal, que todos move, como o coração, ou a cabeça. Cumpre, por conseguinte, que, em toda multidão, haja um regente (1995, p. 128).

Sendo assim, para o bom funcionamento do corpo, é necessária a integração entre seus membros, cada um desenvolvendo as suas funções particulares. A razão estaria centrada na cabeça, e a ela serviriam os membros. De tal modo, considerando-se o Estado como um corpo, o Rei ocupa o lugar da razão: a cabeça. Os súditos, por sua vez formam as demais partes. A saúde de todos esses membros é necessária para o bom funcionamento do Estado. No entanto, destaca-se o papel da cabeça em comandar o corpo, garantindo sua sobrevivência e seu bem-estar. Nesse sentido, se verifica a necessidade de zelar pela cabeça acima de tudo, constituindo-se, a partir dessa analogia com a natureza, as relações hierárquicas na anatomia do reino.

O silogismo que parte da relação entre corpo humano e estrutura política se expressa também no *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Raphael Bluteau. A saúde é definida na obra enquanto um

estado do corpo, sem doença, nem achaque. Boa disposição, & temperamento dos humores, com que o corpo faz bem suas funções naturaes. He o melhor de todos os bens temporaes, sem ela as honras são luzes de Sol eclipsado, as riquezas são importunas, & as delícias sem sabor. (...) A saude dos pays de familias, & Príncipes he muyto para desejada, porque são cabeças, das quaes depende a prosperiidade do corpo da República (1720, p. 515).

Fica clara, por essa definição, a vinculação entre a saúde individual de um governante e a saúde política de seu reino. A metáfora do corpo político, em que o governante remete à cabeça, foi também adotada na argumentação de Luís Siqueira da Gama. A expressão da hierarquia constituinte da sociedade de Antigo Regime se faz presente na definição de corpo político do Reino:

São os súditos partes integrantes do Reino; são os vassallos partes heterogêneas do Príncipe porque o Monarca é a cabeça do Império, e são os subalternos inferiores membros da república: Quando a cabeça se lastima, todo o mais corpo enferma para que não se queixem o corpo da Monarquia, deve o Rei cuidar muito na saúde própria como cabeça do bem comum (GAMA, 1969, p. 129).

A doença manifesta no corpo natural do rei é também, por isso, doença política grave. De tal modo, representa-se a monarquia em um sistema hierarquizado, em consonância com o funcionamento natural – e, portanto, de origem divina - do corpo humano. A natureza, como obra divina, era entendida como o princípio de todo movimento, "máquina do Universo" (BLUTEAU, 1716, p. 685). Sendo uma organização perfeita, porque divina, serve de modelo para o funcionamento das organizações humanas. A mesma organização pertinente ao corpo humano - microcosmo - é análoga à do universo, por sua vez visto como macrocosmo. Com isso, surge uma série de metáforas engenhosas desenhadas por Luís Siqueira da Gama, expressas na seguinte passagem:

a Serpente é hieroglífico do Príncipe; e também é imagem da saúde; da do Príncipe depende a boa disposição do bem comum: o Sol eclipsado, não goza todo o mundo dos seus luzimentos; se o Sol parara, padecera o Orbe todo a maior perturbação. Na esfera da República é o Príncipe Sol das direções, os monarcas não nascem para si sós, mas resplandecem como Sol para tudo iguais, e sempre benignos, para todos (1969, p. 129-130).

Quarta Tópica: Descanso e Vigília

Defendida a importância do rei no sistema político, o discurso passa a tratar mais diretamente sobre como devem proceder os governantes para bem exercer seus cargos sem, no entanto, adoecer. Partindo do apótema latino "non sibi, sed toti genitum, se

credere mundo"⁷, Siqueira da Gama passa a discorrer sobre a necessidade da vigília do rei, mas também sobre a pertinência de seu descanso, prezando pelo equilíbrio entre os dois estados.

Platão asseverava na sua República que os Reis foram eleitos pelos súditos; não para que os Monarcas tivessem só cuidado de si mesmos, no próprio descanso, mas sim para que cuidassem muito mais no sossego e na boa vida dos vassalos que os elegeram para a sua proteção. (GAMA, 1969, p. 130).

A proteção dos vassalos é dever do príncipe, mas da saúde do próprio monarca depende o bem-estar dos súditos. A essa sentença Siqueira da Gama chega pela disputa de dois argumentos contrapostos: o primeiro, proveniente de Joachim Camerarius, de que "alguns políticos, ajuizaram discretos, que deviam ser o bom Príncipe como o Pelicano, que a dispêndios da própria vida, a perde gostoso para dá-la a seus filhos" e o segundo assevera que "o Príncipe deve luzir e desvelar-se como Tocha porque esta sim arde prodigamente para os mais, mas nem por isso deixa de resplandecer para si: foi o pensamento de Solorzano" (GAMA, 1969, p. 130).

A conclusão moderada e prudente que segue esses dois exemplos retoma a necessidade de garantir a saúde do rei para a possibilidade da saúde política. O monarca, cuja saúde é muito importante para ser arriscada em trabalhar com muito afinco, também não pode apenas descansar sem que isso torne doentes ao príncipe e ao corpo do reino. "O excessivo sono é doença gravíssima, o desvelo com moderação é oficioso; se o Príncipe se desvelar de dia e de noite perderá brevemente a saúde, a vigilância com interpolação é mais profícua". Assim, o acadêmico assume comprovada a tese de que "para que gozem os subalternos um sossego tranquilo, devem cuidar muito os Reis no descanso próprio" (GAMA, 1969, p. 130-131).

Quinta Tópica: A Cura e a Doença

A quinta e última tópica pertinente ao discurso em questão se estabelece sublinhando outra característica atribuída aos monarcas, a qual tem origem divina e se trata da capacidade de curar doenças, para então seguir discutindo a relação entre a preservação da saúde do monarca e suas atribuições como garantidor do bem-estar coletivo.

⁷ "Acredita que não nasceu para si, mas para o mundo todo." Livre tradução.

Segundo Marc Bloch (1999), o caráter divino e miraculoso da realeza se expressava nessa espécie de crença, sendo sua existência muito duradoura, apesar de diversos momentos de contestação: essa crença vai perdendo sua validade no imaginário ocidental vagarosamente a partir do Renascimento e, de acordo com Bloch, só sofre golpes mais duros a partir de meados do século XVIII. O monarca, sendo uma espécie de mediador entre a divindade e os homens, tinha, ao mesmo tempo, o papel de guiar o corpo político e a característica da cura de diversos males. Isso não afasta, no entanto, a existência de um lado humano no rei, que, como vimos, lhe permitia ficar também enfermo.

Discorrendo sobre essa ideia do poder divino concedido aos reis para curar doenças de seus próximos, Luís Siqueira da Gama traz argumentos de autores clássicos e, em seguida, relata fatos considerados verdadeiros da era cristã, apoiando-se na difusão dessa crença na cura pelo toque dos monarcas por diversos países europeus.

Platão comparou os Monarcas aos Médicos; conveniência que depois percebeu melhor o mundo, experimentando que pusera Deus nosso Senhor virtude curativa em alguns Reis; muitos houve que só pelo contacto davam saúde nas doenças corpóreas como figuras das enfermidades do ânimo; mais perniciosas pela corrupção dos costumes (1969, p. 131).

A capacidade de curar doenças atribuída aos reis leva à construção da semelhança entre reis e médicos na dissertação, sendo capazes de preservar a "saúde natural" e também a "saúde política".

Logo bem se mostra, que os Príncipes, e os superiores das Repúblicas devem prudencialmente empregarem-se na conservação da sua saúde; pois se o Rei é semelhante ao Médico, como cuidará das enfermidades da república, se não estudar primeiro em conservar a sua disposição. Quem não procura remédio para os achaques próprios como bem diligenciar o alívio às doenças estranhas? (1969, p. 132).

O enfado provocado pela ocupação de uma posição social com tantas responsabilidades é destacado, representando-se a posição do rei como uma atividade muito mais pesada que gloriosa.

Não tem o diadema pérola que não seja suor, não tem rubi que não seja sangue, não tem diamante que não seja agudo espinho, que penetra a cabeça e coração do Príncipe, a sereníssima Senhora Isabel, Rainha de Inglaterra mandou que a retratassem ornada da coroa, e cetro; mas posta em pé, sôbre uma coluna, com esta inscrição Stano riposo, e reposato affanno; e para mostrar Solorzano, que o diadema do Rei mais era carga, do que cargo; mais

ônus do que honor; a Coroa régia lhe subscreveu esta epígrafe prodigiosamente. Munus inuversa docebit.⁸ (1969, p. 133).

O príncipe deveria evitar riscos à sua saúde, evitando trabalhar excessivamente, já que era encarregado de tarefas muito árduas. Dadas essas circunstâncias, Siqueira da Gama defende que "o despacho dos Príncipes sim é necessário, mas com excesso pode ser prejudicial; o desvelo no mando não deve ser sobre o possível" (1969, p. 133-134) e, para comprovar essa afirmação, passa a discorrer sobre os emblemas antigos e modernos.

O primeiro emblema discutido também relaciona a natureza à atividade humana, centrando-se na figura do leão enquanto rei dos animais. É importante lembrar mais uma vez, aqui, a natureza como criação divina e, portanto, portadora de uma mensagem, mas também como objeto sobre o qual os homens desenvolveriam um raciocínio, na construção de um conhecimento. Nesse ponto, filosofia e teologia - razão e fé - se aproximam.

Do Leão Rei dos brutos, e também hieroglífico dos Príncipes incansáveis, dizem os naturais, que nasce e dorme com olhos abertos; e por isso sem dúvida o reverenciavam os Egípcios, por emblema da vigilância. [...] Mas reparo, que a natureza que dotou o Leão com um desvelo contínuo, também o submeteu ao ardor de uma febre quartã; assim o refere Piério Valeriano nos seus Hieroglíficos, que até nos irracionais a vigilância nímia, ocasiona achaques à maior fortaleza; porém ainda reparo mais, e vem a ser, que nos asseveram muitos Autores e o mesmo Piério, que o melhor Alexefármaco para a febre do Leão, é opábulo da símia a que chamamos Mico, vulgarmente donde provém, que querendo João Ferro simbolizar a saudável ciência da Medicina pintou um Leão devorando e comendo um Mico, com êste Lema. *Morbus depellitur esca*. E inquirindo agora o motivo, porque a símia pábulo do Leão lhe ministra saúde? A que lhe descubra digo a que discorro, [fartamente] para o nosso intento porquanto uma das propriedades do Mico é ser apólogo do desenfado, e do passatempo; razão porque Picinelli o debuxou com esta Letra: *risui, et non usui* (GAMA, 1969, p. 134).

Valorando o exemplo apontado, o acadêmico afirma novamente a necessidade de defender a saúde do monarca, a fim de que a sua vigilância seja profícua e não ameace o bem estar do corpo político.

pois que o Leão tanto representa ao Monarca, na regalia da Majestade, e na doença da vigilância, imitem os soberanos Príncipes ao Rei das feras, que para recuperar a saúde perdida, o seu maior remédio, é interpolar os cuidados, e fazer também gosto de algum tal, ou qual divertimento; para fugir às moléstias de uma enfermidade não se ocupe contínuo no desvelo do mando sempre o Príncipe (1969, p. 134-135).

⁸ "O cargo te ensinará o contrário". Livre tradução.

O segundo emblema, por sua vez, se refere ao macrocosmo, apontando o Sol como o mais importante entre os astros e, da mesma forma, portador de uma mensagem pela forma como funciona a natureza, a qual também deveria ser seguida pelo príncipe.

É o Sol Monarca, e o supremo Príncipe das estrelas, e todos sabem que é o Sol o melhor hieroglífico de um Rei; pois assim como na esfera da república, é o Príncipe o luminar maior do Império, assim também na república da esfera é o Sol Monarca singular do firmamento, do Sol nos ensina a Sagrada Escritura que traduz a saúde nas asas estas se compõem de pensa, e são símbolo da atividade, e dos cuidados temporais. [...] O sol interpõe nos cuidados do dia algum sossego, parece que descansa o Sol no espaço da noite; pois amanhece benigno nos braços da madrugada, e por isso é também símbolo da mediocridade no zênite (GAMA, 1969, p. 135).

Em seguida, mais uma vez, Siqueira da Gama associa dois emblemas, construindo um silogismo agudo e, com isso, representando o rei em sua posição hierárquica superior, ao mesmo tempo em que demonstra a sua importância para o sistema político e para o bem comum.

Os Mitológicos que adoravam ao Sol, por Monarca dos astros; também lhe atribuíam o Cetro da Medicina o mesmo Apolo que é Rei das luzes; também era supremo Príncipe dos medicamentos, e já vedes Senhores, que quem preside, como Sol, no trono do mundo, também deve, como Rei, e prudente Apolo ter saúde para dar e para repartir (1969, p. 135-136).

Além disso, é importante levar em consideração que a astrologia teve, por muito tempo, fortes ligações com a medicina. No caso particular de Portugal, essa associação ainda era comum no século XVIII (RIBEIRO, 1999, p. 75).

Do Bem Comum à Razão de Estado

O fechamento da dissertação retoma o caso do Vice-Rei Vasco Cesar de Menezes à luz das provas elencadas anteriormente. O excesso de atenção à saúde pública por parte do governante teria levado à falta de cuidado com o bem-estar pessoal, ocasionando enfermidade. Esse argumento, ao mesmo tempo em que constitui a posição de Vasco Cesar de Menezes como um bom governante, preocupado com seus vassallos e zeloso pelo bem de todos, acrescenta a questão de ele ser indispensável para a existência dessa felicidade, o que se explicita pelos aconselhamentos para a proteção de sua pessoa.

Direi, que a sua vigilância no incessável Governo desta Bahia lhe ocasionara tão calorosa indisposição; o ardor crepitante do seu zelo, o afeto ardentíssimo do seu cuidado, o persuadiu a desprezar os raios do Sol; e sem receio do Zênite Príncipe vigilante, desprezando os rigores da sesta intentíssimos, precisamente, na retirada; ao romper da Aurora, veio Sua Excelência a presidir ao Tribunal da Justiça onde é tão necessária a sua majestosa assistência e dali se recolheu a horas muito depois do meio-dia na mais calorosa e ardente estação do ano, que tem esta América, para o seu bom retiro, e abreviado Arranjues dá-se supre felice Palme, onde eximido ao embaraço dos pretendentes aos cultos dos cortesãos despacha por escrito as resoluções, que decide, de que será papel, o bronze púrpura a tinta; caduceu a pena, diamantes os caracteres, regras os acertos, séculos a era de César, rubrica a imortalidade quis antes Sua Excelência faltar a saúde própria que arriscar de alguma sorte a pública, se não assistisse aos negócios da justiça que tão prodigiosamente costuma suavizar o Excelentíssimo Senhor Viso-Rei (GAMA, 1969, p. 136).

Por fim, o pedido do acadêmico ao governante revela ainda uma questão pertinente, referente à razão de estado.

Pedimos a Vossa Excelência que com menos risco da sua boa disposição se empregue no moderado, no sumo desvelo do seu exercício; porque os Reis só querem o possível, servem-se das vidas, não vão contra a saúde, parecera piedade dos Príncipes, mas é altíssima razão de estado; pois o maior interesse da República é que os súditos sirvam valentes e vigorosos, e sem saúde perfeita, é quase impossível servir-se bem (GAMA, 1969, p. 137).

Considerações Finais

A relação entre ser humano e natureza na cultura ocidental do século XVI ao XVIII se fundamentou, de acordo com Keith Thomas (2010, p. 21-32), no seu domínio sobre o meio natural. Para o historiador, tal relação esteve embasada em argumentos teológicos, assim como na filosofia dos antigos.

Frequentemente, a medicina utilizava o aporte teórico da Antiguidade para compreender as doenças, valendo-se de autores como Hipócrates, Galeno e Avicena. A consideração do ser humano como microcosmo - bastante presente na obra de Siqueira da Gama - envolvia o entendimento de que o corpo humano levava em si características fundamentais do universo e, portanto, da criação divina. Assim sendo, a doença era considerada uma intromissão nesse equilíbrio (RIBEIRO, 1997, p. 73).

Os referenciais antigos e modernos presentes na obra se articulam, como se viu, no sentido de reforçar as representações favoráveis à monarquia, se inserindo no processo de centralização do poder em torno do Rei no âmbito do Império Português. A força das metáforas e dos emblemas, certamente inserida no aristotelismo, se associa

com o pensamento moderno da filosofia natural, no sentido reforçado por John Henry (1998, p. 98-102) de que o conhecimento e a política se imbricavam em uma série de simbolismos. Segundo ele, em uma sociedade onde religião, política e filosofia não encontravam limites claramente definidos, a ordenação política deveria refletir a ordem natural, visto que a natureza funcionava como uma máquina cujo construtor era Deus. Ao discurso político cabia, portanto, encontrar a melhor forma de interpretar os símbolos e mensagens inscritas no mundo natural.

Entre as obras das academias eruditas luso-brasileiras do século XVIII, não raro encontramos algumas posições em debate que estão vinculadas à cosmologia fundada no medievo e no início da Idade Moderna, especialmente expressas pelos postulados de Santo Agostinho e, mais tarde Tomás de Aquino em suas leituras da filosofia antiga. Associadas ao pensamento iluminista em surgimento, assim como a projetos políticos ligados ao Império Português, essas instituições dialogaram constantemente com textos e ideias dos séculos que os precederam. A cosmologia de Aristóteles e o entendimento do cristianismo promovido por Tomás de Aquino se encontraram, no pensamento luso-brasileiro do século XVIII, com as modernas lógicas da matemática e da geometria (CALAFATE, 1994, p. 21.) Essas formas de compreender o mundo permeiam as dissertações históricas desenvolvidas pela Academia Brasílica dos Esquecidos, participando das representações da monarquia e do Império Português desde um ponto de vista americano.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. O Caráter Sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. v. 5. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. v. 7. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720.

CALAFATE, Pedro. **A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. **El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha**. Toledo: Empresa Pública Don Quijote de La Mancha, 2005

- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- GAMA, Luís Siqueira da. "Dissertação Décima: de um maravilhoso caso, e apótema célebre devidamente ponderado nas histórias do Brasil". In: CASTELLO, José Aderaldo. **O Movimento Academicista no Brasil**, v. 1, tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 125-138.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.
- HENRY, John. **A Revolução Científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- KANTOROWICZ, Ernest H. **Os Dois Corpos do Rei – Um estudo sobre teologia medieval**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2000.
- MACHADO, R. Linguagem e Literatura. In: MACHADO, R. **Foucault, a Filosofia e a Literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 139-175.
- MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII**. Coimbra: Minerva, 2003.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. **A Ciência dos Trópicos: A arte médica no Brasil do Século XVIII**. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A Historiografia Portuguesa**. v. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.
- SILVA, Taíse T. Quadros. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real de História Portuguesa (1720-1721). **História da Historiografia**. Ouro Preto, n. 3, setembro de 2009.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- TOMAS DE AQUINO. "Do reino ou do governo dos príncipes ao Rei de Chipre". In: **Escritos Políticos de Santo Tomás de Aquino**. Petrópolis: Vozes, 1995.